

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
LIVIA DOS SANTOS

AS PIONEIRAS VÊM DEPOIS: branquitude e racismo em currículos de
graduação no Serviço Social paulista

Santos
2022

LIVIA DOS SANTOS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**AS PIONEIRAS VÊM DEPOIS: branquitude e racismo em currículos de
graduação no Serviço Social paulista**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Liduina de Oliveira e Silva e coorientação da Prof^a Dra. Márcia Campos Eurico.

Santos / 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

S237pp SANTOS, LIVIA.
AS PIONEIRAS VÊM DEPOIS: branquitude e racismo em currículos de graduação no Serviço Social paulista. / LIVIA SANTOS; Orientadora MARIA LIDUINA SILVA; Coorientadora MÁRCIA EURICO. -- Santos, 2022.
40 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2022.

1. serviço social. 2. branquitude. 3. eurocentrismo. 4. formação profissional. 5. antirracismo. I. SILVA, MARIA LIDUINA, Orient. II. Título.

CDD 361.3

LIVIA DOS SANTOS

AS PIONEIRAS VÊM DEPOIS: branquitude e racismo em currículos de graduação no Serviço Social paulista

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Liduina de Oliveira e Silva e coorientação da Prof^a Dra. Márcia Campos Eurico.

Aprovação em: ____/____/____

EXAMINADORAS:

Prof.^a Dra. Maria Liduina de Oliveira e Silva

Universidade Federal de São Paulo

Prof.^a Dra. Márcia Campos Eurico

Universidade Federal de São Paulo

Prof.^a Dra. Jussara Francisca de Assis dos Santos

Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Este trabalho busca colaborar com reflexões acerca do processo de formação profissional e o foco da discussão é sobre a incidência da perspectiva antirracista nos currículos de três escolas de Serviço Social, no estado de São Paulo. O objetivo central é responder como se dá atualmente, a influência do pensamento eurocêntrico e da ideologia da branquitude, na construção dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) de escolas com relevância histórica no Serviço Social paulista. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental da bibliografia básica das disciplinas que compõem os núcleos de fundamentação do trabalho profissional e de formação sócio-histórica da sociedade brasileira, na intenção de identificar como se dá a discussão da temática étnico-racial nos referenciais teóricos-metodológicos, apontados nos projetos pedagógicos dos cursos. Os resultados sinalizam que PPCs carecem de uma elaboração crítica, no tocante à formação antirracista, algo incipiente apesar da existente produção intelectual de assistentes sociais negras na categoria.

Palavras-chave: Serviço Social; branquitude; eurocentrismo; antirracismo; formação profissional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I. COMBINARAM DE NOS MATAR NUM EXTERMÍNIO À BRASILEIRA	
1.1 Eugenia e ideologia do branqueamento no Brasil	11
1.2 Branquitude e racismo institucional	15
1.3 “Questão social” é também sobre racismo	17
CAPÍTULO II. O SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: aspectos históricos	
2.1 Marcos históricos no Serviço Social: Código de Ética (1993), Diretrizes Curriculares (1996) e Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” (2010)	21
2.2 Pioneirismo e protagonismo negro	24
2.3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	26
CAPÍTULO III. EUROCENTRISMO ACADÊMICO: branco sabe, preto nem tanto	
3.1 Percalços metodológicos	28
3.2 As pioneiras vêm depois	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Oitenta e seis anos se passaram desde a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil. Com o intuito de responder às demandas emergentes da relação capital - trabalho, a profissão de assistente social surge em 1936, inicialmente no estado de São Paulo, enraizada nas ideologias da moral cristã, burguesa e européia com o intuito de intervenção aos entendidos “problemas sociais” vigentes. Com forte apelo à vocação de servir, guiada pela doutrina social da Igreja Católica, o modo de ser da profissão na sua gênese é voltado para o enquadramento social das subjetividades dissidentes às exigências e interesses do desenvolvimento capitalista em curso (IAMAMOTO, 1996).

Não deslocada dos fenômenos político-econômicos do avanço do capitalismo a nível mundial e, dos desdobramentos históricos particulares do Brasil e da região Sudeste, a profissão caminha para o ressignificar do pensar teórico da “questão social” (NETTO, 2001), já que o desenvolvimento do capitalismo no país implica mais agravos à pauperização e conseqüentemente, o aumento da organização das forças populares da classe trabalhadora, no enfrentamento à exploração do seu trabalho e na exigência de seus direitos básicos para sobrevivência. A superação do conservadorismo cristão e o processo de reconceituação do Serviço Social procedem o aprimoramento teórico-metodológico e técnico-operativo profissional, a fim de responder menos aos interesses do Estado e mais aos interesses da classe trabalhadora (NETTO, 2015).

Não há como ter entendimento do significado social da profissão sem vincular o conteúdo histórico que abrange sua gênese até os dias atuais, como se qualquer processo de transformação do Serviço Social fosse autônomo, fruto exclusivamente da ação da categoria profissional. A história do que se chama hoje “Brasil” tem origem na invasão colonial de Pindorama¹, extermínio dos povos originários, rapto e genocídio de povos africanos e, a formação socio-histórica brasileira racista influencia os modos de ser da profissão e determina as expressões da “questão social”, do passado ao presente. E é esse ponto central que me faz chegar a este trabalho de conclusão de curso: apreender a bibliografia básica referenciada no projeto político pedagógico da formação profissional e perceber que “*deu branco*” nas referências, no tocante à historiografia da temática étnico-racial - mesmo que reconhecidos os avanços da discussão na categoria profissional (VITORIO, 2019). Ou, quando lembrada, a discussão permaneceu no quadrante paralelo de especificidade, particularidade, ou ainda, apenas tematizada na “Semana da Consciência Negra”. Sobre o privilégio branco, nenhum

¹ Nome originário do território conhecido como “Brasil”.

processo de reflexão crítica foi instigado, os mecanismos de opressão da branquitude permaneceram intactos e reafirmados não apenas em teorias, mas na prática - e eu sou uma existência racializada negra, sul-matogrossense e, as experiências das violências nas relações sociais dadas, vivenciadas por mim e por pessoas não-brancas que pude conviver no processo de formação profissional em Serviço Social na UNIFESP, não me colocaram em nenhum outro lugar a não ser do questionamento central que move esta pesquisa. O quanto realmente agentes que versam o ensino e o trabalho do Serviço Social hoje não reproduzem práticas do passado dito rompido? Realmente o passado colonial não se faz presente em nossas práticas cotidianas, nas relações sociais dadas, quando falamos de racismo?²

O trabalho profissional de assistente social caracteriza-se pela atuação de intervenção no campo da “questão social” e é determinado “pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABEPSS, 1996, pp. 5-6). Nas diversas esferas das políticas públicas, o trabalho prioritariamente está direcionado ao atendimento de pessoas em situação de pobreza e nos mais variados graus de ausência de proteção social. Na análise da realidade sócio-histórica da classe trabalhadora brasileira, o que se constata é que a população negra está em condições abjetas de sobrevivência em grande número e ao longo da história³, portanto, é um dos grupos populacionais para o qual mais se direciona o atendimento profissional de assistentes sociais.

Ao considerar a impossibilidade da dissociação entre a construção do “ser social” e o “fazer profissional” e que nossas identidades sociais estão forjadas historicamente pela escravização colonial, pelo mito da democracia racial e pelo racismo contemporâneo embasados no ideal de supremacia branca, e ao se vislumbrar a ação profissional comprometida ético-politicamente no combate ao racismo, assumo como condição inequívoca durante o processo de formação acadêmica, o (re)conhecimento acerca dos privilégios da branquitude e dos mecanismos de opressão da branquitude, cujos impactos históricos são visíveis na vida da população branca e não-branca brasileira. Somado a isso, conforme reflete Magali da Silva Almeida (2014) em seu artigo “Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo”,

² Inquietações sistematizadas e apresentadas em trabalho conjunto com discente do mesmo curso, Thais Helena Modesto Villar de Carvalho e a professora Doutora Márcia Campos Eurico, no I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais, ocorrido no ano de 2020. Até o momento de conclusão deste projeto, não houve a publicação do artigo nos anais do referido simpósio.

³ Aqui não se desconsidera a população indígena /povos originários..

Se precisamos identificar as refrações da questão social, devemos cotejar suas dimensões ocultadas ou invisibilizadas pela lente do imperialismo e do colonialismo, [...] faz-se mister a compreensão e documentação das experiências da população negra na diáspora e como ela lida com a violação de suas necessidades humanas. Requer uma práxis comprometida com as experiências da população negra. Ou seja, um engajamento com estratégias e teorias políticas que permitam desvelar os processos ocultos de invisibilização, através dos quais pode-se desafiar a experiência de genocídio na Diáspora Negra (ALMEIDA, 2014, p. 147).

Minha investigação tem como objetivo central responder como se dá atualmente, a influência do pensamento eurocêntrico e da ideologia da branquitude, na construção dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC's) de escolas com relevância histórica no Serviço Social paulista: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), a Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a fim de levantar o questionamento e analisar o que mudou no decorrer dos anos, a respeito da temática étnico-racial, na construção dos currículos de formação de escolas tradicionais do estado de São Paulo. Pretendo incitar a urgente autocrítica sobre a hegemonia da branquitude e sua manutenção no modo de ser da profissão contemporaneamente, com a intenção de colaborar com reflexões para a reformulação dos PPC's de graduação em Serviço Social, às vistas de concreta práxis antirracista de pessoas racializadas brancas, nas relações sociais estabelecidas que tangem os espaços institucionais de formação e atuação profissional, a partir do questionamento da branquitude e com referencial teórico não - branco.

O capítulo I, “COMBINARAM DE NOS MATAR NUM EXTERMÍNIO À BRASILEIRA” é dedicado para a reflexão sobre a ideologia do branqueamento da população brasileira e os reflexos contemporâneos na “questão social” e a discussão do racismo institucional universitário e a branquitude acadêmica manifestada nas relações sociais estabelecidas durante o processo de ensino-aprendizagem do Serviço Social. No capítulo II “O SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: aspectos históricos”, ocorre uma breve retomada dos processos históricos vinculados aos marcos temporais das mudanças na profissão: a criação do Código de Ética em 1993; a constituição das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996; e a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da ABEPSS “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia Geração, Sexualidades” em 2010. Reafirmo o protagonismo negro responsável pelo avanço nas discussões acadêmicas e resgato pontualmente a história da criação das escolas selecionadas para a pesquisa.

O resultado da análise do conteúdo pesquisado é apresentada no capítulo III “EUROCENTRISMO ACADÊMICO: branco sabe, preto nem tanto”, cujos objetivos específicos centraram-se na observação focalizada dos referenciais teóricos - metodológicos obrigatórios, dos núcleos de fundamentação do trabalho profissional e de formação social brasileira, onde busco responder os questionamentos de “*quem são as profissionais não-brancas referenciadas em nossos currículos?*”; “*como se dá atualmente a referência bibliográfica na existência da temática étnico-racial no processo de formação?*”; “*quais são as referências teóricas não-brancas para apreensão da formação social brasileira, em nossos currículos?*”. Ao partir da análise da realidade vivida no processo de formação, convergida com as experiências do racismo não apenas vivenciadas por mim, mas por todas pessoas negras que cruzamos nossas caminhadas durante esses 6 anos de graduação, a amarga hipótese que se levanta para tais questionamentos é a de atingir respostas próximas a “*poucas ou nenhuma*”; “*insuficiente*”.

Durante todo este trabalho, o que a branquitude acadêmica acusa de “*subjetivo e emocional demais, científico de menos, linguagem informal*” estará presente e parte do saber empírico. Teoria não se faz apenas escrita, oralidade é tecnologia ancestral de construção do saber e transcrições desobedientes podem surgir quando julgar necessário, é sobre/vivência(s) que se escreve aqui, também. E que eu tenha aprendido a transgredir inspirada não apenas em bell hooks (2017), mas em ancestrais que já partiram desta vivência terrena e também, nas que tive a honra de conhecer em vida, pelas encruzilhadas do caminhar acadêmico na formação em Serviço Social.

Por fim e não menos importante, os usos do conceito de “raça” neste trabalho se faz necessário para a discussão do fenômeno do racismo e não afirma a diferenciação hierárquica entre pessoas a partir do critério de cor, dado comprovado inclusive cientificamente. Racismo é sobre poder, não é biológico e perpetua-se discursivamente na sociedade de classes, materializa-se em mecanismos perversos de exclusão e genocídio de pessoas negras e indígenas, operados pelos aparelhos do Estado e legitimados silenciosamente (ou nem tanto), pela classe trabalhadora e militância de esquerda brancas, historicamente.

CAPÍTULO I. COMBINARAM DE NOS MATAR NUM EXTERMÍNIO À BRASILEIRA

O racismo contemporâneo contra pessoas negras é a perpetuação da ideologia do colonialismo, onde os mecanismos de opressão e dominação reatualizam-se para a manutenção sistemática do impedimento da população negra, no acesso às condições básicas de sobrevivência e reprodução social. É importante centralizar a reflexão de que as teorias raciais consideradas “ultrapassadas” podem ter elementos racistas fortemente perpetuados, reatualizados no imaginário social e nas relações sociais brasileiras. Localizar o Serviço Social sob essa lente, de sua gênese à contemporaneidade é compreender que para além de uma profissão inserida em instituições que responderam e respondem à ordem burguesa, aos interesses das classes dominantes, portanto, estruturalmente racistas, no que tange o campo da autonomia na atuação profissional, pode haver ou não a *escolha* do pareamento com a ideologia racial de exclusão de pessoas não-brancas, já que, ao mesmo tempo que as materializações do racismo, transferidas da escravização para o pós - falsa abolição, manifestam-se a fim de manter a estrutura de desigualdade pela cor, os movimentos de resistência, combatividade e denúncia de pessoas negras contra o racismo também existiram e existem - e se há desinformação sobre isso, já estamos falando sobre racismo.

Este capítulo busca conceituar, sem a pretensão de esgotar em si, a discussão de elementos da ideologia do branqueamento, que compõem o cerne do racismo brasileiro e, como no ambiente acadêmico, atualmente, podem manifestar-se nas práticas institucionais e relações sociais cotidianas do processo de ensino-aprendizagem. Para discussão aprofundada em elementos da formação social brasileira, anteriores ao período histórico aqui citado, e maior propriedade teórica de intelectuais aqui enunciados, indico a leitura dos trabalhos de Márcia Campos Eurico (2011) e Ana Paula Procópio da Silva (2017) como referências fundamentais.

1.1 Eugenia e ideologia do branqueamento no pensamento social brasileiro

A origem do Serviço Social dá-se sob forte influência das ideologias da Igreja Católica, a fim de responder aos interesses das classes e grupos dominantes que buscam o controle social da organização proletária emergente à época; e também, para que a própria Igreja Católica retome os privilégios e influência na organização estatal (IAMAMOTO, 1996). O acirramento das lutas sociais provoca tensões cotidianas nas relações entre capital e trabalho e o Serviço Social tem a finalidade de “ajustar” os corpos ditos dissidentes ao “desenvolvimento” em curso.

Historicamente, a profissão nasce também no contexto em que a ideologia do branqueamento pautada na eugenia orienta todas as ações da vida social brasileira.

A eugenia teve como preocupação primária o aperfeiçoamento da humanidade por meio da reprodução dos/as considerados/as detentores/as de “bons” genes. Mas não tardou para que também se ocupasse de impedir a reprodução dos/as que estivessem fora desse seletivo grupo, definido a partir de critérios fenotípicos, comportamentais e psicológicos muito específicos do ponto de vista racial. [...] Ela explicitou como a ciência informa e é informada pela dinâmica da vida social e seus desdobramentos políticos, raciais, econômicos, éticos, estéticos etc. A estética e a biologia se encontravam nas preocupações de uma ciência aficionada com a manifestação na raça das noções dominantes de beleza, pureza, superioridade, degeneração e purificação. [...] na América Latina se concentrou em ações sociais, morais, e médicas: preocupações com saneamento, higiene mental, higiene das células, higiene social. [...] A brancura era, por excelência, um símbolo das pessoas consideradas as melhores da espécie; logo, aptas à reprodução. O progresso, o trabalho, o desenvolvimento econômico pareciam inteiramente ligados às nações da Europa Ocidental. A associação entre a brancura e o crescimento dessas nações tornou-se um princípio defendido pela ciência. As sociedades latino-americanas desejavam ser “desenvolvidas”; portanto, desejavam ser brancas (COSTA, 2021, pp. 96-98).

Camila Manduca Ferreira (2010) em sua pesquisa intitulada “O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)”, apresenta que nos documentos do Serviço Social à época, “a imagem do negro é entretecida cuidadosamente – embora na aparência essa estratégia amiúde se mostre como um descuido – num discurso que associa o negro ao negativo e ao grotesco: maldade, sujeira, desgraça, inferioridade, promiscuidade, feiúra” (Ibidem, p.164), assim o racismo da época se apresenta majoritariamente pelo silenciamento sobre a cor referida às pessoas atendidas por assistentes sociais, mas quando nomeada, observa-se a intervenção profissional majoritariamente alinhada à ideologia dominante.

O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. (...) Já não se trata mais de acabar com a escravidão, mas de enfatizar que os negros eram incapazes ou incapacitados para a nova etapa de desenvolvimento do país. (...) O problema não era apenas importar mão de obra, mas sim membros de uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e, por todas essas qualidades, *superior*. A ideologia do branqueamento permeia então o pensamento de quase toda a produção intelectual do Brasil e subordina ideologicamente as classes dominantes (MOURA, 1925-2003, pp.109-111).

O “problema do negro” no período pós - falsa abolição tornou-se elemento central de discussão para a elite intelectual brasileira na primeira República, pois acreditavam que em nome do progresso, quanto mais branco, mais civilizado e moderno seria o país. Mesmo ressaltadas as diferenças em seus pontos de vista, a crença na inferioridade das raças não brancas, o determinismo biológico do final século XIX, é o elemento comum entre os intelectuais que se desdobraram na busca de uma definição de identidade brasileira e do Brasil como nação homogênea etnicamente. A miscigenação, transmutada em mestiçagem, descontextualizada como fruto da violência do estupro colonial de mulheres africanas raptadas e originárias do território invadido torna-se o ponto central para as teorias defendidas (MUNANGA, 2020).

Dentre estes intelectuais que influenciaram o pensamento social brasileiro, Nina Rodrigues rejeitou a ideia de que o processo imigratório resultaria no branqueamento e unidade étnica da população após gerações, principalmente pela distribuição desigual de imigrantes europeus pelo território. Defendeu a proposta da aplicação da lei penal de forma diferenciada à população não branca, já que psiquicamente não eram “evoluídos o suficiente” como a população branca, no discernimento do livre-arbítrio, dos direitos e deveres perante a sociedade. Para ele, a miscigenação é a degradação da população, já que a crença no atavismo, afirma que as características intelectuais, físicas, morais de descendentes mestiços, sejam herdadas da raça original considerada inferior (Idem):

Posso iludir-me, mas estou profundamente convencido de que a adoção de um código único para toda a República foi um erro grave que atentou grandemente contra os princípios mais elementares da fisiologia humana. Pela acentuada diferença de sua climatização, pela conformação e aspecto físico do País, pela diversidade étnica de sua população, já tão pronunciada e que ameaça acentuar-se ainda, o Brasil deve ser dividido, para os efeitos da legislação penal, pelo menos nas suas quatro grandes divisões regionais que [...] são tão naturais e profundamente distintas (RODRIGUES *apud* MUNANGA, 2020, p. 59).

Francisco José de Oliveira Viana é “o sistematizador e enfatizador de um complexo de ideias racistas que teriam sido superadas pelos progressos alcançados na antropologia de sua época” (Ibidem, p. 68). Também rejeita a ideia de unidade étnica, a partir do entendimento da diversidade mestiça e classifica o “mulato” como “superior” e “inferior” pela proximidade ou distanciamento fenotípico do referencial europeu branco - pensamento base da ideologia do branqueamento. Como Nina Rodrigues, afirma a crença no atavismo, porém, contraditoriamente, aposta numa possível “arianização fenotípica” da população, onde o

mestiço é um resultado transitório no processo. É com Oliveira Viana que se inicia a ideia da harmonia e igualdade entre as raças (MUNANGA, 2020, pp. 68-81) :

Em nenhum país do mundo coexistem uma tamanha harmonia e tão profundo espírito de igualdade entre os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. Está, por exemplo, ao alcance de todos a propriedade da terra. Franqueados a todos os vários campos de trabalho, desde a lavra da terra às mais altas profissões (VIANA *apud* MUNANGA, 2020, p.75).

As teorias raciais do final do século XIX passam a ser ultrapassadas para os novos caminhos da orientação política e social do país, ao se tratar da identidade nacional. Surge então Gilberto Freyre, que “soluciona” as questões anteriormente colocadas acerca da mestiçagem, ao transferir a discussão para a concepção de “cultura”, em substituição de “raça”. Assume a mestiçagem como fator extremamente positivo e assim, consolida o mito da origem da sociedade brasileira a partir da mistura harmônica das raças e suas culturas (Idem). “Nesse sentido, a apropriação do Estado da ideologia da miscigenação contribuiu para a invisibilização do racismo nas políticas públicas” (PROCÓPIO, 2021, p.84).

É certo que “a contribuição de primeiros profissionais do Serviço Social no processo de transfiguração do ‘homem brasileiro’ em trabalhador não consistiu em forjar tais ideologias, mas em difundi-las” (MANDUCA, 2010, p. 141). Os estereótipos racistas do pensamento social escravista foram - e permanecem até hoje - reforçados não apenas na profissão, mas na literatura antropológica, histórica, sociológica e de ficção romântica brasileira (MOURA, 2019).

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados (MOURA 2019, p.46).

Porém, importante lembrar - no contrafluxo do ensino hegemônico da historiografia brasileira que acessamos em nossa educação formal, que faz questão de apagar - a existência dos movimentos negros na denúncia, no combate e na construção de estratégias de autodefesa contra o racismo, do período colonial ao contemporâneo. Assim, a intenção é justamente reafirmar que para além da configuração estrutural do passado ou contemporânea, há também uma esfera de escolha ao projeto hegemônico em curso, através da manutenção e reatualização

de suas ideologias e relações de poder e hierarquia racial, nas práticas profissionais, sociais, cotidianas e institucionais.

1.2 Branquitude e racismo institucional

Compreendo os estudos críticos da branquitude como uma das respostas à constatação de que “fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (BENTO, 2022, p.23). A intenção não é afirmar que pessoas brancas pobres não sofram as violações das expressões da “questão social”, mas sim questionar e legitimar que o fracionamento da classe trabalhadora é racializado e a intensidade da repressão, condicionamento e alienação dos aparelhos do Estado tendem a priorizar pessoas não-brancas enquanto alvo e isso é sobre racismo. A pessoa branca favelada não é tratada como a pessoa negra favelada, porque não sofre racismo. O que há em comum é o tratamento dos aparelhos repressores do Estado à pessoa favelada. O “problema do branco” teorizado possibilita compreender a branquitude, o privilégio branco, como mecanismo que em níveis simbólicos, psíquicos ou materiais privilegia um grupo seja nos acessos e concessões que favoreçam a sua ascensão social historicamente enquanto aliena e exclui outros. A superação da associação de “negro” à “pobreza” pode incitar questionamento sobre a forma como os símbolos da branquitude operam inclusive nos territórios marginalizados pelo Estado.

A partir das abordagens dos estudos críticos da branquitude, levantadas por Luciana Alves (2014), Cida Bento (2022), assumo branquitude como um sistema de opressão, cria da ideologia da supremacia branca versada na colonização européia, identidade relacionada às estruturas de poder, de dominação social dos grupos nomeados subalternos, inferiorizados a partir da marcação racial. Branquitude não se refere à identidade racial branca unicamente marcada pela cor, mas também à projeção de lugares sociais e práticas culturais, significados construídos socialmente e vinculados aos privilégios concedidos em maior ou menor grau às identidades lidas brancas, ou seja, a branquitude não é homogênea, e ser branco intersecciona signos de status de classe, territórios geográficos, fenótipo e tempo histórico.

Branquitude não pode ser considerada oposto similar à *negritude*, já que a branquitude estipula a hierarquização, “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como

um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo” (FRANKENBERG *apud* PIZA, 2014 : 71).

Pensar a construção da branquitude brasileira, é considerar o processo histórico da ideologia do branqueamento, não como um passado distante, rompido, mas um projeto em constante (re)atualização. É realidade que elementos da linguagem racista, da ideia da superioridade racial branca pautada em valoração estética, moral e intelectual, construídos a partir do século XIX, constituem o entendimento dos sentidos da identidade de pessoas racializadas brancas, atualmente (SCHUCMAN, 2012). Não podemos desconsiderar também que o racismo brasileiro contemporâneo permanece operando a partir do fenótipo e escalonamento de cor.

Estrategicamente transmutadas em cultura “*nacional*”, “*de classe*”(ALVES, 2014), o racismo contra pessoas negras, consegue fugir à associação da “raça branca” como seu elemento referencial estruturante e beneficiário, logo, via de escape da (auto)responsabilização das pessoas brancas na manutenção das violências, a partir dos usufrutos de privilégios e vantagens sociais - individuais, coletivas, subjetivas, materiais, geográficas, psicológicas, institucionais - que dela provém. Assim, as pessoas brancas delegam o racismo como problema das pessoas negras, porque a lógica é de “*quem é racista é o Brasil, é o burguês*”.

Essa estratégia vem sendo largamente usada pela branquitude crítica⁴ acadêmica, que ao ser questionada sobre sua responsabilidade na reprodução do racismo institucional, a partir dos lugares de poder ocupados majoritariamente por sua raça no espaço da universidade, logo se apressa a trazer o “*choro do pobre merecedor*”: a mãe empregada doméstica, a infância em contexto rural, a avó preta e, o esforço próprio de chegar até aquele lugar que ocupa hoje, acoplado à teorização do racismo como *estrutural*, num flerte perigoso ao entendimento do *inevitável de se ocorrer e inalcançável de intervenção*⁵.

Pautar sobre racismo institucional com pessoas brancas nesse contexto é como falar de um fenômeno sobrenatural, já que a discussão transpõe a ideia de prática racista individual no

⁴ “1. Perfil. O branco de maneira em geral. 2. Desaprova o racismo publicamente. 3. Difícil captar a desaprovação ao racismo no espaço privado. [...]. 4 Não critica de forma geral o privilégio branco. 5. Vive sob o princípio da igualdade, em tese. 6. Vive sob o signo da modernidade. 7. Ama, convive, “tolera”, “suporta”, convive hipocritamente com o Outro. 8 Não prega o ódio racial. 9 Ele é sincero, ele é hipócrita na sua concepção relativo ao negro” (Cardoso, 2014:172).

⁵ “[...] pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça o indivíduo moral e / ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo” (Almeida, 2020 : 51-52).

campo da vida privada e, passa a questionar a ação coletiva de pessoas brancas, com poderes no campo institucional, como agentes da reprodução do racismo (EURICO, 2020) e beneficiárias do mesmo. O escapismo traduz a imensa dificuldade de pessoas brancas em assumir sua identidade a partir do marcador “raça” - por “raça branca”, ser sinônimo de acesso à vantagem e privilégio social e pelo fato dos entendidos racializados, historicamente, terem sido apenas os grupos não brancos.

Um outro desgaste na discussão sobre racismo institucional, e digo aqui sobre a branquitude da universidade, é também a ideia de que o *nosso* problema é *apenas* sobre falta de *representação*. Então, simbolicamente, pessoas não brancas são tituladas a ocupar - alguns poucos, quase nenhum - lugares de poder na gestão institucional, a fim da “promoção da igualdade racial” e visibilização da temática, mas *lugar de poder* acaba por se tornar relativo já que permanecem inseridas numa hegemonia branca de decisões; onde a atuação destas pessoas, se consideradas *especialistas* da temática étnico-racial, acaba em torno de *segurar o rojão* das denúncias do racismo cotidiano, ações que podem se traduzir como “guetificar as políticas específicas e deixar sob a responsabilidade dos próprios atingidos pela violência racial estruturante o gerenciamento de mecanismos de uma eventual superação” (OLIVEIRA, 2021:32).

O racismo institucional também é sobre o silêncio de pessoas brancas quando o assunto é o privilégio branco; é o silêncio coletivo diante de situações racistas cotidianas e a manifestação coletiva, diante de situações extremas explícitas, onde não há como relativizar o racismo denunciado, como de costume institucional . É sobre política institucional que permanece confortável às pessoas racistas que reproduzem explicitamente seus mecanismos de violência, políticas que fazem da universidade um lugar onde os corpos violentados evadam e os corpos violentadores, permaneçam.

1.3 “Questão social” é também sobre racismo

O racismo tem forjado e fortalecido historicamente, mecanismos de barragem à ascensão social de pessoas não-brancas. Reafirma o não direito à vida, às básicas condições de vivência saudável e digna em sociedade.

Ao olhar para a contemporaneidade, temos avanços sociais no reconhecimento do racismo no Brasil, mas não tanto no combate; e identifica-se também as reatualizações e manutenções da exploração e fomento ao genocídio das populações não-brancas há décadas

denunciada. Ao já decorrente projeto de desmonte das políticas públicas e golpes políticos desde 2016, a pandemia oportunizou aos supremacistas brancos com poderes nas esferas do Estado, recursos catalisadores ao genocídio histórico das populações não - brancas, já que a meta do embranquecimento permanece vigente no imaginário social da população, reatualizada, alternando-se entre esquerda e direita em poder do Estado - pois a democracia racial é um mito e toda e qualquer ação em favor das populações não-brancas até hoje, é resultante de sua organização e luta coletiva por reparação histórica ainda não efetivada.

Durante a pandemia, no ano de 2021 o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil, agravou-se de 10,3 milhões para 19,1 milhões⁶. Em 2022, esse número saltou para mais de 30 milhões de pessoas⁷. Dados do Ministério da Saúde apontam 656.425 óbitos por COVID-19, sendo 166.466 no Estado de São Paulo⁸. Atualmente, 16.975.529 famílias inseridas no Cadastro Único, estão em situação de extrema pobreza no Brasil. Destas, 2.054.116 concentram-se no Estado de São Paulo, num total de 5.205.577 de pessoas. A cidade de São Paulo e a região metropolitana da Baixada Santista somam 680.652 famílias, sendo 1.644.222 de pessoas em extrema pobreza⁹. É certo que todas as camadas da classe trabalhadora foram afetadas bruscamente pelas consequências da pandemia por COVID-19, tão certo também é o extermínio físico a partir do critério da cor, dos corpos componentes desta classe, já que todos os dados apontam a maior vitimação de pessoas não-brancas, não apenas durante pandemia, mas anteriormente também - e mesmo interseccionadas as vias identitárias (AKOTIRENE, 2019), corpos negros dissidentes do gênero normativo são os mais assassinados no Brasil¹⁰, mulheres e jovens homens negros os mais encarcerados¹¹ e vítimas da violência policial no estado de São Paulo¹², mulheres negras as mais vitimadas pelo feminicídio¹³.

⁶ Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil / 2021.

⁷ Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil / 2022.

⁸ Dados do Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Consulta realizada em 18/03/2022.

⁹ Dados do CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico referentes a janeiro/2022. Consulta realizada em 18/03/2022.

¹⁰ Dados da Associação nacional de travestis e transexuais: “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”.

¹¹ “Número de negros na prisão cresce 14% nos últimos 15 anos enquanto a taxa de brancos cai 19%” Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/numero-de-negros-na-prisao-cresce-14-nos-ultimos-15-anos-no-mesmo-periodo-a-taxa-de-brancos-caiu-19/>.

¹² Dados do relatório da Rede de Observatórios de Segurança: “Pele Alvo: a cor da violência policial”. 2021.

¹³ “Femicídio: a cada três mulheres mortas no Brasil em 2020, duas eram negras”. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/duas-a-cada-tres-vitimas-de-femicidio-no-brasil-sao-mulheres-negras>

Como categorias ontológicas, as expressões do racismo só podem ser apreendidas nas relações sociais de produção no âmbito da sociedade burguesa, na qual ganham materialidade não apenas, mas fundamentalmente nas expressões da “questão social”. Estas, histórica e contemporaneamente, mostram-se qualitativa e quantitativamente cravadas de determinações raciais. A pandemia apenas apresenta a sua exacerbação. Ainda que a resistência em tratar o racismo no debate da “questão social” possa conduzir à falsa ideia de inviabilidade/impossibilidade de analisá-la a partir das determinações concretas do capitalismo, é ontologicamente inconcebível pensá-la sem as determinações estruturais desse modo de produção. Entretanto, também é inconcebível entendê-la de forma distanciada da realidade concreta que revela a determinação molecular da “questão social” no Brasil sendo potenciada pelo racismo estrutural. A pandemia revela esse dado do real (MARTINS, 2021, pp. 34-35).

As inquietudes que movem este trabalho suscitam na direção de considerar que o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social é pensado e conduzido majoritariamente por pessoas brancas e o processo de formação profissional vivenciado, reafirma e mantém a hegemonia e o poder da supremacia branca, sem reconhecer e problematizar os mecanismos de opressão da branquitude reproduzidos. Reflexos contemporâneos da história de um Serviço Social que

[...] sempre conceituou as tentativas, as estratégias, as ações e as experiências de implementação profissional acerca das questões étnico-raciais, como ações de militância político-ideológica, de uma parte da categoria profissional e não como perspectiva de exercício profissional em se debruçar a responder às demandas sociais dessa parcela populacional, sob um novo prisma das relações societárias (OLIVEIRA, 2017, p.386).

E, mesmo reconhecidos os avanços nas discussões e produções acerca da questão étnico-racial no interior da categoria profissional, protagonizados por intelectuais negras, o que se constata a partir da vivência na graduação é a continuidade da reprodução do racismo contra os corpos não-brancos nas relações sociais estabelecidas, a responsabilização de pessoas negras acerca da existência do debate étnico-racial nas aulas e o silêncio e ausência da autocrítica de pessoas brancas, na composição deste debate e de ações concretas, efetivas, na denúncia e combate ao racismo cotidiano e institucional no ambiente acadêmico; somados à invisibilização ou presença simbólica, das produções de intelectuais negras da categoria, como referenciais bibliográficos de relevância para a formação profissional. Quais as consequências para a atuação profissional? A negação do racismo e ausência do debate

não é um problema que se manifesta só entre a categoria profissional dos assistentes sociais. Porém, está preconizado no Código de Ética Profissional

(1993), o compromisso na busca pela equidade e justiça social, pois, sem igualdade não há justiça. Portanto, em face desse posicionamento, toma-se necessário que tal categoria se aproprie de discussões que a façam exercer o seu compromisso ético e político (DIAS, 2015, p. 325).

Minha experiência de estágio deu-se na política de assistência social de uma das cidades da Baixada Santista, no tempo de seis meses em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e 6 meses em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). A vivência de seis horas cotidianas, cinco vezes por semana, permitiu maior intimidade da rotina, e para além da primeira constatação do marcador comum da constante presença de pessoas negras, entre as pessoas atendidas nos equipamentos, foi possível perceber as nuances do racismo de âmbito institucional e das relações sociais estabelecidas no cotidiano de trabalho. Observar *os mecanismos* que transversalizam a prática profissional e não apenas converter o dado em “*população negra vitimada*” só foi possível devido à lente antirracista apreendida a partir dos referenciais ausentes na formação, mas apreendidos através de outras vias que não da matriz curricular obrigatória. A *práxis* não se dá na constatação do racismo, mas sim na proposição e na ação dentro da soberania técnica da atuação profissional, como: o questionamento para inserção do quesito raça/cor em instrumentais de trabalho e articulação para que os dados sejam bases para políticas; a qualidade do atendimento nas informações socializadas, nas respostas diante das demandas; do olhar técnico desintoxicado dos estereótipos que centralizam o corpo negro como responsável pelas violações que o perpassa; da intervenção momentânea em cenas de racismo presenciadas e na autocrítica e atenção para as reproduções racistas. Como incitar a ótica antirracista de compromisso ético-político na futura atuação profissional, de discentes que não buscam por si descolonizar suas referências e não tem na sua formação obrigatória referências antirracistas?

CAPÍTULO II. O SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: aspectos históricos

Compreender a dialética entre a concepção do Serviço Social e as conjunturas históricas ideo-políticas regionais, nacionais e globais permite conceber que as transformações rumo à prática profissional direcionada ético-politicamente, na defesa dos direitos da classe trabalhadora, exprime-se como construção principalmente de militantes dos movimentos sociais inseridos na categoria profissional. A respeito da discussão étnico-racial, especificamente a ação de pessoas negras militantes, é responsável pelo tensionamento ao reconhecimento do racismo como estruturante da questão social e não antagônico à luta anticapitalista, e conseqüentemente, da existência do debate e dos avanços na discussão nos espaços de formação profissional.

Este capítulo busca explicar brevemente sobre os marcos considerados relevantes para a existência e continuidade do debate, denúncia e ações de luta antirracista na formação e categoria profissional. Ressalta-se que a intenção não é afirmar estes como marcos iniciais ou finais, mas sim, como dialogados centralmente à discussão alinhada a este trabalho.

2.1 Marcos no Serviço Social: Código de Ética (1993), Diretrizes Curriculares (1996) e Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” (2010)

Os códigos de ética da profissão também traduziram os elementos ideológicos à sua época. Assim, no primeiro Código de 1947 aparecem elementos da moral cristã européia e o “ajustamento” das pessoas. Para regulamentação jurídica, foi reformulado após 18 anos:

O conteúdo e os princípios do novo código continuam tendo por base as influências dogmáticas do neotomismo. Prevalece a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo os valores propulsores do Serviço Social. [...] Como decorrente dos elementos pontuados no Código, o Serviço Social assume a prática dentro de uma perspectiva de transformação e participação social. Esses princípios, entretanto, apenas reproduzem a ordem estabelecida, uma vez que não enfatizam a capacidade crítica e transformadora do homem como ser histórico (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, pp. 148 - 152).

Em 1986 é aprovado novo Código que se aproxima do pensamento marxiano e politização da prática profissional em compromisso com a classe trabalhadora (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

A reflexão ética, desenvolvida na reelaboração do código de 1986, procurou se embasar em categorias universalizantes sob o ponto de vista de inclusão das diversas classes sociais e na dimensão ontológica do ser social, da sua forma de ser e reproduzir-se socialmente e, sobretudo, na elaboração sistematizada do que se convencionou chamar de Projeto Ético-Político profissional. Procurou, também, instrumentalizar a categoria profissional frente aos embates e desafios da conjuntura nacional, inserida nos processos de globalização e do neoliberalismo, que vão produzir grandes e imprevisíveis mudanças nas relações sociais de produção e na organização da vida social no momento atual. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, pp. 155 - 157).

A partir da década de 1990, após a aprovação do código de 1993 e no ritmo das discussões já desencadeadas, voltadas para a qualificação da formação profissional, materializa-se o amadurecimento crítico e teórico da profissão, na proposta das Diretrizes Curriculares de 1996. Como elementos de suma importância demarcam-se a compreensão da atuação profissional, inserida nas relações sociais a partir da dinâmica capitalista; a assunção da questão social como objeto central de trabalho e o reconhecimento da necessidade de constante atualização na prática profissional, tendo em vista as reconfigurações temporais do capitalismo (SILVA; ASSIS, 2019). Assim, as diretrizes curriculares

[...] representam um produto do acúmulo teórico, político da profissão, além de expressarem também a preocupação de toda a categoria com a formação profissional graduada. Este documento, produto de inúmeros debates, é um dos legados da reconceituação em solo brasileiro. Ainda que ele tenha sofrido inúmeros ataques por parte do Ministério da Educação, esse documento é ainda hoje requerido pelos cursos de Serviço Social de todo o país e defendido pelas entidades da categoria por sua importância histórica e por ser um esforço de manutenção de um padrão mínimo de qualidade da formação profissional (SILVA; ASSIS, 2019 p.6).

Para romper com as resistências e lacunas acerca do debate étnico-racial na formação profissional, fortalecer e visibilizar a produção intelectual não-hegemônica e ampliar o debate na categoria, é criado em 2010 o Grupo Temático de Pesquisa - GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS ocorrido no Rio de Janeiro. Organicamente vinculados à ABEPSS, os GTPs “mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento” (ABEPSS, 2022) na categoria. E, se hoje o Serviço Social admite como obrigatória uma disciplina que verse centralmente sobre relações sociais de raça/etnia, gênero, geração e classe, vale demarcar que a proposta surge a partir do Colóquio do GTP, realizado no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS em 2012 (JANOARIO; et. al, 2013).

Os marcos apontados são considerados relevantes pois denotam reflexos de avanços e conquistas nas pautas do movimento negro em âmbito nacional e que através de assistentes sociais negras e discentes em formação adentraram o âmbito da categoria. O Código de Ética em vigência, expressa como princípios fundamentais:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...]

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; [...]

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Código de Ética do Assistente Social, 1993, p. 24).

As diretrizes curriculares, direcionam para :

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.

3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (ABEPSS, 1996, p.6).

E a organização do GTP visibiliza a produção teórica de profissionais e militantes, para descolonização da discussão na categoria com pautas centradas na:

Raça/etnia, racismo e capitalismo. Teorias raciais e pensamento social na formação brasileira: do século XIX à contemporaneidade. Estado, raça/etnia e racismo institucional no Brasil. O Movimento Negro e suas múltiplas formas de resistência e organização. Movimento de Mulheres Negras e o enfrentamento do racismo, sexismo, lesbohomotransfobia no Brasil: a contribuição do feminismo negro. Políticas públicas de equidade. Ações afirmativas no Brasil. Questão social e questão étnicoracial na formação profissional e no exercício profissional (Ementa do GTP, 2022).

Atualmente, por mais que se por mais que se afirme que a produção intelectual negra antirracista na categoria ainda não atinge grande quantitativo, não podemos também afirmar a produção *escassa e dificultosa* de acesso. A denúncia e combate ao racismo e a produção intelectual negra é emergente há décadas e ingressa o ambiente acadêmico por meio de pessoas militantes em formação profissional. Meu trabalho, assim como de outras pessoas que concluem o processo de formação e pautam sobre o ensino das relações étnico-raciais na graduação em

Serviço Social, é sobre a continuidade de uma luta. Por mais que se tente, não é mais possível afirmar desconhecimento da discussão “dentro da bolha” da categoria.

2.2 Pioneirismo e protagonismo negro

Se há conquistas da classe trabalhadora, todas são frutos de sua luta organizada. O processo da construção da constituição brasileira expressa um desses marcos. Porém, se há avanços para a população negra, demarca-se a luta organizada da parcela negra majoritariamente, expressa principalmente pelo Movimento Negro Unificado, que na época tensionou inclusive pela paridade racial na participação das discussões na Constituinte.

A luta antirracista na Constituinte costuma ser lembrada pelas medidas apresentadas pelo Movimento Negro, após realização em 1986, da Convenção Nacional do Negro sob o tema *O Negro e a Constituinte*, responsável por definir as prioridades a serem levadas à discussão. [...] algumas das principais reivindicações levadas pelo Movimento Negro à Constituinte: 1) a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras na construção de um modelo educacional contra o racismo e a discriminação; 2) a garantia do título de propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas; 3) a criminalização do racismo; 4) a previsão de ações compensatórias relativas à alimentação, transporte, vestuário, acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e aos demais direitos sociais; 5) liberdade religiosa; e, 6) a proibição de que o Brasil mantivesse relações com os países que praticassem discriminação e que violassem as Declarações de Direitos Humanos já assinadas e ratificadas pelo país. (PIRES, 2013, pp. 108- 112, grifos da autora).

Historicamente as pautas políticas voltadas para a população negra demarcam avanços, resultado do tensionamento dos movimentos negros e cerceamentos, já que, hegemonicamente, os espaços de poder e decisão estão ocupados por pessoas brancas. Nesse âmbito vale lembrar que “o que ficou de fora passou a ser objeto de debates frequentes nos espaços públicos e privados de interação”(PIRES, 2013, p.133), entre eles a universidade. Os anos 80 marcam-se na concretização de medidas e legislação documental do Estado de combate ao racismo, e os anos 90, na visibilização das estatísticas da população negra para assim, pautar a exigência da formulação de políticas públicas. Destacam-se os avanços a partir da criminalização do racismo em 88:

[...] Lei 9394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que em diversos dispositivos propaga o apreço à tolerância, a valorização dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira e a necessidade de orientar o currículo a partir das características sociais, culturais e econômicas dos estudantes. [...] a Lei 10.639 de 2003, altera a

LDB acrescentando nela o artigo 79-B172 e fazendo constar do currículo obrigatório do ensino fundamental e médio o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil; conteúdo que deve ser ministrado no âmbito de todo o currículo escolar. [...] no ano de 2002 a Medida Provisória 63/2002 que instituiu o Programa Diversidade na Universidade foi convertida na Lei 10.558. Conhecida como “Lei de Cotas”. [...] Em 20 de novembro de 2003, o decreto nº 4886 instituiu a PNPIR- Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. [...] No dia 20 de julho de 2010, depois de uma década de discussão no Congresso Nacional, foi aprovada a lei nº 12.288, o Estatuto da Igualdade Racial. (PIRES, 2013, pp. 136 - 145).

Como já afirmado, não é coerente pressupor neutralidade da categoria profissional diante dos cenários políticos que atravessaram sua existência. Se a intenção de rompimento com os tradicionalismos, conservadorismo e a afirmação da luta de classes, surge como transformação dialética aos movimentos sociais à época, a inclusão do debate étnico-racial em espaços da categoria é resultado do movimento das mulheres negras que também assistentes sociais, não apenas apoiaram as lutas do movimento negro, mas sim fizeram ativamente parte delas e convergiavam para o campo da formação e atuação profissional, a visibilidade da discussão. Assim,

[...] houve contribuições das assistentes sociais ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro, uma vez que também estiveram alinhadas às lutas sociais do período através de um ativismo junto aos movimentos sociais, como o já citado movimento negro e movimento de mulheres negras, além de organizações partidárias de esquerda, organizações sindicais e entidades da categoria. Logo, a trajetória histórica das assistentes sociais negras contribuiu também na construção de um Serviço Social crítico, progressista e alinhado às demandas sociais de seu tempo, como a luta antirracista e a reivindicação de importantes pautas que atravessam as condições de vida da população negra; [...] apesar da dimensão investigativa não ter avançado, politicamente a categoria reconhece e se aproxima da luta antirracista, graças ao protagonismo de assistentes sociais negras que passaram a mobilizar sobre essa importância (SILVA; ASSIS, 2019, p.2).

Um processo de formação profissional comprometido com a luta antirracista na categoria, não exclui ou relativiza a existência da memória do protagonismo negro, de mulheres negras assistentes sociais, quando tratado o momento histórico de reconceituação ou contemporâneo de atuação do Serviço Social, no tocante à escolha pelo direcionamento ético de combate ao racismo na profissão.

2.3 Escolas de formação profissional: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

A primeira Escola de Serviço Social de São Paulo é fundada em 1936, a partir do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e não podemos considerá-la “fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe uma demanda - real ou potencial - a partir do Estado, que assimilará a formação *doutrinária* própria do *apostolado* social” (IAMAMOTO, 1996, p.180, grifos da autora), ou seja, as adaptações para a formação técnica especializada da profissão incitam-se a partir das demandas dos campos de trabalho social demarcadas pelo Estado¹⁴.

Ao assinalar o problema da *demanda*, não se pretende subestimar, por exemplo, a importância do trabalho que desenvolvem as pioneiras do Serviço Social na divulgação e institucionalização da profissão, atuando no sentido de incentivar e concretizar a demanda por seus serviços. É importante situar, no entanto, que ocorre um processo de “mercantilização” dos portadores daquela *formação técnica especializada*, que se traduz em sua transformação em força de trabalho que pode ser comprada. Essa mercantilização se dá concomitantemente a uma “*purificação*” do portador da qualificação, desempenhando as escolas um papel essencial para a viabilidade desse processo. O portador dessa qualificação não mais necessariamente será *uma moça da sociedade* devotada ao *apostolado social*. Progressivamente se transformará num componente de Força de Trabalho, possuindo uma determinada qualificação, englobada na divisão social - técnica do trabalho.

Esse processo não implica, no entanto, necessariamente, a eliminação do conteúdo *doutrinário* da formação escolar do Assistente Social. Esse conteúdo não se constitui como *entrave* à sua assimilação pela Estado e empresas. Pelo contrário, essa formação é *funcional* às suas necessidades (IAMAMOTO, 1996, p.183, grifos da autora).

Destinado para a formação de corpo técnico masculino ao Serviço Social do trabalho, em 1940 surge como desmembramento da Escola de Serviço Social, o Instituto de Serviço Social, hoje Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS/SP. Em 1972 é assinada sua desvinculação da PUC - SP (BETETTO, 2010). A FAPSS/SP tem é de caráter privado e localiza-se na Barra Funda, zona oeste de São Paulo.

¹⁴ A tese de YAZBEK (1977) “Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945” permitiria melhor aprofundamento histórico, porém está com acesso restrito no repositório da PUC - SP.

No decorrer do processo de solidificação da FAPSS-SP, muitos coordenadores e diretores passaram pela composição do quadro institucional, no entanto, por decorrência de crises financeiras, em junho de 2013 a FAPSS foi adquirida pelo Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde, que mantiveram o curso de graduação em Serviço Social e o nome da instituição (PPC FAPSS/SP, 2018, p. 5).

O curso de Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, foi criado 73 anos após a primeira escola, em 2009, e é o primeiro de ensino público federal na região metropolitana da Baixada Santista. Localizado no campus Baixada Santista, na cidade de Santos, é articulado aos cursos de educação física, terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia e nutrição, na proposta interdisciplinar de ensino mediada por eixos comuns: *o trabalho em saúde, o ser humano e sua inserção social e o ser humano em sua dimensão biológica* (ACOSTA et al., 2010).

Em resposta à demanda social e política de expansão das vagas públicas no ensino superior e de interiorização das atividades das universidades federais, a UNIFESP deixou de ser uma universidade temática da área da saúde para assumir sua função e competência de universalização das áreas de conhecimento. O processo de expansão da UNIFESP teve início efetivo com o Campus Baixada Santista, [...]. A articulação e o processo de implantação deste campus foram negociados com o poder executivo municipal da cidade de Santos e dos demais municípios da Baixada Santista, através da iniciativa da classe política local (PPP do curso de Serviço Social da UNIFESP, 2016, p. 15).

As escolas da PUC-SP e FAPSS/SP convergem maior tempo de existência aos marcos históricos do Serviço Social desde sua gênese; e a escola da UNIFESP, caracteriza-se por implementar-se após a consolidação de marcos importantes ressaltados neste trabalho; e trazer na sua criação, um corpo docente em sua grande parte, fruto da formação na escola da PUC-SP.

CAPÍTULO III. EUROCENTRISMO ACADÊMICO: branco sabe, preto nem tanto

Estima-se como resultado deste trabalho, tocar na discussão sobre o eurocentrismo e o racismo acadêmico, focalizado o Serviço Social, sem deixar de confluir as experiências cotidianas de violências contra o corpo racializado negro, dentro de relações sociais pautadas no contexto da formação profissional. Após atravessar 6 anos de graduação, com dois anos de pandemia e três, quase quatro de bolsonarismo, a análise do cenário à frente para minha atuação profissional é preocupante e desafiadora, já que o cenário de retrocessos de direitos e desmonte de políticas públicas afeta tanto a classe trabalhadora, a qual destinará minha prática profissional, quanto minha profissão, portanto, a fração da classe trabalhadora a qual estarei também inserida; para além de agravar os riscos à minha existência pessoal, subjetiva, racializada negra.

A inquietação que move centralmente o trabalho tem origem na ausência de referencial não-branco durante a minha formação e especificamente, de assistentes sociais não-brancas. O fato de ter experienciado outros lugares que não apenas da sala de aula¹⁵, oportunizou-me o contato com a produção intelectual não-branca do Serviço Social, portanto, o elemento questionador não é *“quem são as pessoas que produzem”*, mas sim, *“porque a produção negra não aparece, é sobre racismo”*.

Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo. [...] A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. [...] Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (QUIJANO, 2005, pp. 122-126).

¹⁵ Destaco a vivência da monitoria do curso de extensão interinstitucional (UFF / UFOP / UNIFESP) “Serviço Social: estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional”, sob coordenação das Prof^{as}. Dras. Jussara Francisca de Assis dos Santos, Adriana de Andrade Mesquita e Márcia Campos Eurico, no ano de 2021.

A discussão teórica apresentada até então, embasa a afirmação de que é fundamental descolonizar o pensamento e a prática docente, para que em sala de aula, no campo de estágio, nos projetos de extensão, nas orientações de iniciação científica, a inserção da produção de conhecimento sob a ótica não hegemônica seja disponível, para superação concreta da “identidade de objeto” (ALMEIDA, 2021 p. 172) da pessoa negra na universidade. Em nossos currículos, o eurocentrismo reflete a negação da intelectualidade negra e a invalidade do saber não hegemônico. É uníssono o reconhecimento das lacunas e das possibilidades de mudanças que são emergentes no processo de formação profissional (RAIMUNDO, 2021; SILVA, 2021; COSTA, 2021).

3.1 Percalços metodológicos

A proposta inicial foi analisar os currículos dos cursos de Serviço Social, a partir das escolas da PUC/SP, FAPSS/SP e UNIFESP, justificada pela importância destas instituições como referência na formação de novos quadros profissionais no século XXI na região sudeste do Brasil. Para seleção do material de estudo, parte-se da análise de conteúdo (SEVERINO, 2007, p. 121) focalizada nos referenciais teóricos - metodológicos, das ementas de unidades curriculares na formação em Serviço Social, no estado de São Paulo. Foram escolhidas para análise as matérias que compõem os respectivos núcleos de fundamentação do trabalho profissional e de formação social brasileira, com intenção de identificar a tendência da perspectiva antirracista na escolha das bibliografias básicas das disciplinas. O que se busca é identificar, nas respectivas disciplinas que compõem o núcleo de formação social brasileira, a incidência dos nomes e obras utilizadas como referencial bibliográfico obrigatório; e para o núcleo do trabalho profissional, quais as intelectuais negras da categoria profissional referenciadas. Em ambos os núcleos de fundamentação, será examinado qual o referencial teórico respectivo à temática étnico-racial.

Optou-se levantar para estudo as reformulações dos PPC's a partir dos marcos históricos do Serviço Social escolhidos: a criação do Código de Ética do Serviço Social, em 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, construída em 1996 e implementada em 1998 e, na hipótese de que tais marcos não fossem suficientes para mudanças significativas nos currículos, que desde a gênese da profissão guardam estreita relação com a matriz conservadora e reprodutora do racismo institucional, seria feita a escolha intencional da última reformulação dos PPC's, considerando a amplificação atual do debate sobre a questão étnico-racial, a partir da

criação, no ano de 2010, do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nomeado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, que aglutina intelectuais negras precursoras do debate há algumas décadas na categoria profissional.

Para coleta do material, foi realizado contato com as coordenações, via e-mail. No caso da PUC - SP, a informação passada pela coordenação é que o projeto pedagógico do curso seria entendido como *propriedade* da instituição, portanto meu acesso seria restrito ou inviabilizado. Após tentativa de contato com a pró - reitoria de graduação por e-mail, para consultar possibilidade de acesso ao material via instituição, obtive resposta através da coordenação, por contato telefônico feito com a orientadora do trabalho, em que foi informada minha autorização para acesso aos PPC's disponíveis em formato físico (assim como a FAPSS/SP, os projetos pedagógicos antigos não estão digitalizados), para consulta presencial na biblioteca da PUC - SP, sem a possibilidade de cópia, digitalização ou registro fotográfico do material.

Em contato com algumas pessoas que foram / são discentes pela PUC - SP, nenhuma delas teve acesso ao projeto pedagógico de seu curso, assim como da FAPSS/SP. Este fato será posteriormente problematizado nas considerações finais e mesmo sem o material para análise, algumas considerações sobre a instituição da PUC - SP, serão feitas a partir do levantamento bibliográfico realizado. Já a coordenação da FAPSS/SP informou não ter localizado os PPC's antigos, e o material para análise disponível, referente a esta instituição, é o PPC atual, versão atualizada desde 2016, e o PPC do ano de 2014. A UNIFESP, por ser uma escola mais recente, não apresentou dificuldades para localização do PPC de 2011, bem como o PPC de 2016 em vigência, que conforma minha formação atual. Ressalta-se que nenhuma entrevista foi realizada e possíveis informações sobre as instituições aqui citadas, referem - se a informações trocadas em corpo de e-mail, no processo de contato com as coordenações de curso.

O que muda da proposta inicial na apresentação do trabalho final, é que a concessão para o acesso ao projeto pedagógico da PUC/SP foi extremamente morosa e quando liberada, as limitações colocadas para manuseio do material inviabilizaram a análise. O único material enviado pela coordenação do curso foram as matrizes curriculares (relação de disciplinas ofertadas e carga horária total) dos anos de 2006, 2010 e 2020. Assim, não foi possível realizar a análise focalizada do projeto pedagógico da PUC - SP; o redesenho do caminho metodológico se dá na escolha intencional para estudo, do projeto pedagógico em vigência na formação profissional de ambas as instituições e estende-se a leitura da bibliografia

complementar na análise; o desafio se contorna em apresentar uma discussão que não se traduza em “comparativos” entre as instituições.

3.2 As pioneiras vêm depois

Na análise do material, observa-se ausência gritante de referências não-brancas, nas disciplinas de discussão da formação sócio-histórica brasileira. O dado quantitativo chega a ser vexatório, tanto quanto para os nomes de profissionais negras inseridas como bibliografia de referência, na composição das disciplinas do núcleo de fundamentação do trabalho profissional. A ausência é reflexo da escolha do projeto de formação profissional que permanece a reproduzir a lógica da branquitude hegemônica no âmbito da sociedade brasileira, materializado no alinhamento ao projeto hegemônico de ensino público, uma vez que no âmbito das ciências sociais há uma diversidade de bibliografia intelectual negra que problematiza sob várias óticas, a necessária revisão da história do Brasil a partir da perspectiva africana e originária na/da formação social brasileira - e essa *não* é uma constatação recém descoberta.

Ao identificar que a referência a trabalhos de intelectuais negres na discussão da temática concentram-se nas disciplinas específicas sobre relações étnico-raciais dos PPCs analisados, devemos questionar se de fato há uma validação da importância da temática na formação em Serviço Social ou se a prática segrega o debate como um tema “de dentro mas de fora”. Cabe frisar que todas as escolas (incluindo a PUC - SP) estão com uma disciplina específica para o campo de debate étnico-racial e sim isso é um avanço, porém, na lógica dada também reafirma a responsabilidade sobreposta às pessoas negras que assumem essas disciplinas e as próprias disciplinas, de cobertura às lacunas da ausência da assunção do tema como não marginalizado às pautas de outras disciplinas da formação profissional.

A opção de inserção por meio de bibliografias de caráter “complementar”, referentes a uma temática assumidamente defasada no processo histórico de formação e continuidade do curso, soam como alternativa paliativa, simbólica e não eficaz, na perspectiva de que a depender do perfil discente esse material sequer é acessado e, contar com a habilidade da “transversalidade do tema nos debates” de pessoas brancas que hegemonicamente compõem a docência é fantasioso, para a realidade acadêmica discutida.

Ao deparar com o resultado da análise, mesmo esperado e não surpreso, o dado é sinteticamente cru: não há referências em número que posso considerar “visível” no escopo teórico das ementas curriculares. É isso. A bibliografia de intelectuais e / ou profissionais negras

somada de ambos PPCs é menor em número do que a bibliografia utilizada neste trabalho. E uso do parâmetro da minha apropriação teórica para tal afirmação, porque o que referencio aqui, é sobre um básico (incompleto, inclusive)¹⁶ para a compreensão de conceitos fundamentais a fim de uma prática profissional alinhada aos princípios ético - políticos apreendidos, para efetivação prática de legislações em vigência e para uma formação alinhada à perspectivas antirracistas.

¹⁶ Um básico incompleto, inclusive, tendo em vista que não tenho aprofundamento em outras referências fundamentais não incluídas neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjuntura atual permite afirmar um momento de resgate e reatualização intensa de elementos ideológicos e mecanismos de opressão e extermínio das populações não-brancas, com consequente alienação da classe trabalhadora. A realidade das pautas defendidas e reivindicadas pela população negra e indígena historicamente, é de não chegarmos ao mínimo das condições garantidas por leis; e leis estas que permanecem atacadas e em ameaça de retrocesso com uma frequência perturbadora.

Aos que compõem as docências no Serviço Social é preciso superar a limitação da ótica de que inserir a lente antirracista é assumir pauta identitária e desviar do contexto das discussões que se levantam. É preciso autocrítica e assumir a identidade racial negra, não mais objeto de estudo e sim como intelectualidade e referência bibliográfica. Outra superação necessária é a da ideia de homogeneidade das orientações intelectuais e políticas entre os grupos negros, do essencialismo da negritude.

A realidade de universidade pública que conheci é uma alusão a “uma máquina de moer corpos revolucionários”. De estilhaçar subjetividades dissidentes à sua lógica branca colonizada. Lugar que se você, pessoa racializada negra ali, não atentar, vai te convencer com o passar do tempo que você tá fora da realidade, é burra, tá ocupando o espaço errado. E nem precisa muito tempo não... e como seria diferente? Olhei pra todos os cantos que pude, é um punhado de gente branca. Classe trabalhadora? Sim! Mas branca, classe trabalhadora branca em sua maioria. Os lugares da docência quase não está ocupado por pessoas não brancas, da gestão institucional menos ainda. Logo de entrada, na espacialidade (SANTOS, 1987) universitária se percebe um mecanismo bem dado da branquitude: se você quer se sentir “integrado”, de cara você precisa seguir uma linha acadêmica branca - de referencial teórico, de performances sociais, de espaços que ocupa. Seja e faça seu caminhar acadêmico nessa linha, tenha como referência as pessoas que estão nessa linha, já que estamos, inclusive, em um ambiente institucional ocupado majoritariamente por pessoas brancas racistas. No fim, a pessoa negra é violentada pelos mecanismos de terror do racismo, quer tenha escolhido o campo do enfrentamento à essas violências, ou não.

Há uma reiteração de práticas cotidianas no processo de formação profissional, que permeiam violências simbólicas atreladas a paternalismo, a pressão incessante da repetição “de tragédias da realidade cotidiana” para constatação do racismo nas nossas relações, a tendência dos policiamentos de tom (SAAD, 2020) inclusive a partir de acionamentos jurídicos, fora o

desgaste (ou tortura?) emocional que são submetidas as pessoas negras, nos processos administrativos institucionais e tentativas de “mediações” nas denúncias de racismo, para a constatação final de que nada ou pouco acontece a racistas. É sobre a contradição da declaração de antirracismo e reparação histórica para nós, pessoas não brancas, mas em privilégio branco não se deve mexer porque há um duro trabalho para alcançá-lo, trabalhadores?

Diante desta realidade eu tenho mais perguntas que respostas sobre possíveis limites e possibilidades de prática antirracista na aposta do letramento racial, e do questionamento do privilégio branco pela branquitude crítica acadêmica, na formação profissional, já que entendemos não ser apenas uma questão de educação, mas sim de escolhas. A importância deste trabalho cabe em considerar fundamental que a revisão dos currículos ocorra a partir da base que compõe o Serviço Social, mas que a inserção de fato na construção da proposta de formação profissional, não seja a partir do lugar de “tarefeira” da hegemonia branca que de fato ocupa os *lugares* docente. O “legado de sinhazinha” (BENTO, 2022, p. 31) precisa - e irá - acabar.

Se a questão social é o elemento central para nossa intervenção profissional, a nós assistentes sociais do futuro próximo, cabe reafirmar em nossa práxis cotidiana a luta antirracista, como fundamental e indispensável - e não antagônica - ao caminho da construção de novas formas de sociabilidade em superação ao capitalismo (MARTINS, 2017). O que se coloca não é um papel ao Serviço Social que não lhe cabe, como da superação do racismo estrutural, porém, se questiona de que forma esse debate está inserido em uma formação profissional que atua diretamente com as expressões da questão social e, como esse debate conflui com as experiências cotidianas das relações sociais estabelecidas no ambiente acadêmico. Como isso pode influenciar a posterior prática profissional? Não é possível a dissociação da subjetividade racializada - leia-se branca e não-branca - da lente analítica dos referenciais teóricos-metodológicos na formação ou na atuação profissional e, se nossas identidades sociais estão forjadas historicamente a partir da escravização colonial, do mito da democracia racial e do racismo contemporâneo, é preciso compreender de que maneira a formação profissional, corrobora para a construção da criticidade ao sistema de opressão da branquitude; e qual o alinhamento epistemológico hegemônico, enviesado na formação profissional de futuros assistentes sociais, às vistas do compromisso ético-político de atuação voltada para o combate ao racismo, contemporaneamente.

Almejo que as revisões dos projetos pedagógicos realizadas por ambas instituições para 2023¹⁷, possam responder satisfatoriamente algumas inquietações aqui levantadas. Se não houver, é preciso atenção para quais escolhas novamente se reafirmam em pareamento ao projeto hegemônico em curso, e para além, o que significa essa reincidência, já que saltos qualitativos podem ser realizados concretamente, na construção da formação profissional antirracista.

¹⁷ No contato com as coordenações, todas sinalizaram que apresentarão as revisões para 2023.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ACOSTA; *et al.* Manifesto de Fundação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do campus Baixada Santista. *Serv. Soc. Soc.* (102), Jun 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000200012>>.

ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 2º semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 131 - 154. Disponível em <<https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086>>.

_____.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

ALVES, L. Ser branco: no corpo e para além dele / Luciana Alves - São Paulo : Editora Hucitec, 2012. 222p. (Coleção Educação, n.6. Série Linha de frente, n.2).

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade / Carla Akotirene. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BENEVIDES, B. G. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144f.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil* / Iracy Carone, Maria Aparecida Silva Bento (organizadoras). 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Psicologia Social) Vários autores. 8ª reimpressão, 2020.

_____. O pacto da branquitude / Cida Bento - 1. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BETETTO, H. FAPSS: Uma História de 70 anos...Histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul. *Serv. Soc. Soc.* (103) Set 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300010>>.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico - CECAD. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>.

_____. Ministério da Saúde. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 p.

CARDOSO, Lourenço. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115710>.

COSTA, G. Política Social, Serviço Social e Eugenia: Reflexões para o Século XXI. In: Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos / organizado por Márcia Campos Eurico... [et al] ; prefácio de Esther Luíza de Souza Lemos. Campinas: Papel Social, 2021. 216p.

DIAS, S. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

EURICO, M. C. Questão racial e serviço social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17519>

_____. Racismo na infância / Márcia Campos Eurico. – 1. ed. – São Paulo : Cortez, 2020.

FEMINICÍDIO: a cada três mulheres mortas no Brasil em 2020, duas eram negras. Alma Preta Jornalismo. Online. 15/07/2021. Cotidiano. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/duas-a-cada-tres-vitimas-de-feminicidio-no-brasil-sao-mulheres-negras>.

FAPSS/SP. Projeto político pedagógico do curso de graduação em Serviço Social FAPSS - SP. 2018.

FERREIRA, C. M. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil,1936-1947). Orientador: José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS; CNPq, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).

hooks, b. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade / bell hooks : tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, M. V. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. - 11. ed. - São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1996.

JANOARIO, R. S.; ROCHA, R. F.; DIAS, S. Entrevista com Matilde Ribeiro. In: *Libertas*, vol 13, n.1, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

_____. Entrevista com Magali da Silva Almeida. In: *Libertas*, vol 13, n.1, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001. pp. 41-49.

_____. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 / José Paulo Netto. - 17. ed. - São Paulo : Cortez, 2015.

MARTINS, T. C. S. Crise do Capital e Pandemia: a “Questão Social” Atravessada por Determinações do Racismo. In: *Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos / organizado por Márcia Campos Eurico... [et al] ; prefácio de Esther Luíza de Souza Lemos*. Campinas: Papel Social, 2021. 216p.

_____. Oposição entre as lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise? *SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social / Universidade de Brasília*. Departamento de Serviço Social. *SER Social*. V. 19, n. 41, 2. sem./2017.

MOURA, C. 1925-2003. *Sociologia do Negro Brasileiro / Clóvis Moura*. -- 2ed. -- São Paulo: Perspectiva, 2019. -- (Palavras Negras).

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus identidade negra / Kabengele Munanga. – 5. ed. rev. amp.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

OLIVEIRA, E. M. A. P. ; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil:marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serv. Soc. Soc.* (128) / Jan-Apr 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>>.

OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. Dossiê Margem Esquerda. Silvio Almeida [org]. 2021.

OLIVEIRA, J. M. S. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. In: SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul.-dez./2017.

PIRES, T. R. O. Criminalização do Racismo entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos / Thula Rafaela de Oliveira Pires; orientadora: Gisele Cittadino. – 2013. 2v. 323 f. ; 30 cm.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil / Iracy Carone, Maria Aparecida Silva Bento (organizadoras). 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Psicologia Social) Vários autores. 8ª reimpressão, 2020.

PROCÓPIO, A. P. O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura / Ana Paula Procópio. -- Rio de Janeiro, 2017. 291 f.

_____. Relações Raciais e Pensamento Social Brasileiro: Reflexões Pertinentes a uma Formação Antirracista no Serviço Social. In: Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos / organizado por Márcia Campos Eurico... [et al] ; prefácio de Esther Luíza de Souza Lemos. Campinas: Papel Social, 2021. 216p.

RAMOS, S. Pele-alvo [livro eletrônico]: a cor da violência policial / Silvia Ramos.... – [et al.] Rio de Janeiro : CESeC, 2021. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/RELATORIO_REDE-DE-OBS_cor-da-violencia_dez21_final.pdf.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - REDE PENSSAN. VIGISAN / Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>.

ROCHA, I. Número de negros na prisão cresce 14% nos últimos 15 anos enquanto a taxa de brancos cai 19%. Notícia Preta. Online. 20/10/2020. Notícias. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/numero-de-negros-na-prisao-cresce-14-nos-ultimos-15-anos-no-mes-mo-periodo-a-taxa-de-bancos-caiu-19/>.

SAAD, L. F. Eu e a Supremacia Branca: Como Reconhecer Seu Privilégio, Combater o Racismo e Mudar o Mundo. Rocco. 2020. 240p.

SANTOS, M. Território e cidadania e conclusões. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana / Lia Vainer Schucman; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2012. 160 f.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho Científico / Antônio Joaquim Severino. - 23. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, S. R. V. ; ASSIS, E. S. PROTAGONISMO E CONTRIBUIÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais : Brasília, DF. Abepss; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019.

UNIFESP. Projeto político pedagógico do curso de Serviço Social. 2016.

VITORIO, K. L. O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). / Kajali Lima Vitorio; Orientadora Sônia Regina Nozabielli. Santos, 2019. 170p.